

Fome e questão ambiental

Cleder Fontana

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS). E-mail: clederfontana@yahoo.com.br

Recebido em 01/2012. Aceito para publicação em 04/2012.

Versão online publicada em 17/11/2012 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo - O presente artigo problematiza uma possível aproximação do tema da fome com a questão ambiental. Para buscar argumentos que dêem conta do proposto, retoma elementos da história do pensamento geográfico. Com a afirmação de que a geografia é a ciência do espaço geográfico, busca expressar a compreensão de que a materialização do espaço é imprescindível das atividades humanas e, mais especificamente, do trabalho. A partir da definição de trabalho e espaço, se expressa a construção de uma leitura do último, por meio do conceito de ambiente, que sustente um estudo da fome, tangenciando seus vínculos com a questão ambiental. Recorre à história do pensamento geográfico brasileiro e toma-se a obra de Josué de Castro como possibilidade para a realização de um estudo do problema da fome, relacionado à problemática da questão ambiental.

Palavras-chave: Fome. Ambiente. Espaço. Epistemologia Da Geografia. Josué De Castro.

Introdução

A alimentação é um dos elementos privilegiados para se estudar o homem, enquanto natureza, em conexão com a natureza exterior, construindo-se socialmente. Por sua vez, a não ocorrência da alimentação, mais precisamente, da fome, está associada às relações entre os homens e destes com a natureza. Relação que também pode implicar na degradação da própria natureza. Assim, é da forma como os homens relacionam-se entre si e com a natureza que resulta, tanto a fome como a destruição da natureza. Por isso, entende-se que fome e questão ambiental fazem parte de um mesmo movimento, o da materialidade do mundo.

A discussão que segue, gira em torno da questão das relações da sociedade com a natureza e consiste em uma proposição de articulação entre fome e questão ambiental. Para isso, de modo pontual, retoma elementos da história do pensamento geográfico para situar diferentes concepções que (in)viabilizam um possível diálogo entre fome e questão ambiental. Expressa a compreensão de que o espaço geográfico é uma construção social e histórica, resultada de um dispêndio de energia humana, isto é, do trabalho, por meio do qual a sociedade media sua própria efetividade

em processo de troca com a natureza.

O presente trabalho, também objetiva discutir aproximações entre fome e questão ambiental a partir de Josué de Castro. Deste autor, retoma-se a definição de fome e os conceitos de fome epidêmica e de fome endêmica para mostrar que, com os mesmos, por uma lado, o autor retira as causas da fome das questões naturais e, por outro, abre possibilidade para relacionar fome e questão ambiental.

Desta maneira, o que se apresenta é definido como uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1999; ECO, 1983). Em termos teóricos metodológicos, recorre-se ao que Bardin (1977) e Triviños (2009) definem como análise de conteúdo, a qual será tomada, particularmente, como técnica que possibilita analisar formas textuais de comunicação. Triviños (2009), que defende a existência de enfoques teóricos na pesquisa em ciências sociais, inclui e sustenta a análise de conteúdo na pesquisa qualitativa. O autor considera que a operacionalização da técnica depende da coerência do enfoque teórico adotado. Assim, a partir de descrição, objetiva-se interpretar o conteúdo das mensagens. No caso do presente trabalho, o intuito consiste em relacionar fome e questão ambiental, sobretudo, a partir de Josué de Castro.

A geografia: fragmentação entre natureza e sociedade?

Paradigmas da geografia

Ao abordar a pergunta Para onde vai o pensamento geográfico?, Moreira (2008) recorre a Tatham, que situa o nascimento da geografia moderna na segunda metade do século XVIII, alimentada pelo Iluminismo e pelo Romantismo alemão. Desde então, no entender de Moreira (2008, p. 13), a geografia conhece três momentos, que se diferenciam por seus respectivos paradigmas, a saber: i) paradigma holista da baixa modernidade (séculos XVIII-XIX). Período do Iluminismo e do Romantismo Alemão, ambos marcados pelo idealismo filosófico; ii) paradigma fragmentário da modernidade industrial (XIX-XX). Marcado pela filosofia positivista e iii) paradigma holista da hipermodernidade (anos 1960-1970 em diante). Presença de uma pluralidade de referências filosóficas com predomínio da fenomenologia husserliana, da filosofia da linguagem e da filosofia da práxis marxista.

A partir dos paradigmas pontuados por Moreira, faz-se uma pergunta: Para falar de fome e questão ambiental, qual a importância de retomar as filosofias e os paradigmas da geografia? Em uma tentativa de resposta, especificamente, adentra-se nas implicações do paradigma fragmentário da modernidade industrial.

De acordo com Moreira (2008), na segunda metade do século XIX, representada pelo “fim da influência da filosofia idealista alemã e da emergência do positivismo”, inicia uma nova fase de referência filosófica no mundo das ciências, o que traz como consequência uma “extrema fragmentação do conhecimento” (MOREIRA, 2008, p. 24). No paradigma moderno industrial, Moreira (2008, p. 25)³ frisa a ocorrência de uma “fragmentação generalizada” (pulverização da geografia em um número crescente de geografias sistemáticas) e de uma “aglutinação das setorizações em campos de agregados por seus conteúdos comuns”, o que origina o “nascimento da geografia física e da geografia humana, e, por extensão, da geografia regional”.

Criticando o holismo da baixa modernidade, a modernidade industrial, segundo Moreira (2008, p. 25), autonomiza as esferas inorgânicas, orgânica e humana. Dentro do que está sendo proposto aqui, esta autonomização das esferas implica em uma mudança substancial no conceito de natureza e, em decorrência, na exclusão do homem, que

era entendido como parte desta no paradigma anterior.

A natureza holista dos iluministas e românticos vê seu conteúdo reduzido ao de uma natureza inorgânica, tornando-se uma coisa física. Então, chamaram-se de geografias físicas sistemáticas a estas geografias setoriais aí surgidas. A esfera do orgânico, embora êmulo da geografia integrada de Humboldt, é deixada de lado. E a esfera humana é simplesmente abandonada. Uma mudança no conceito de homem então se dá em paralelo, excluído da natureza. Excluído o homem da natureza, todos os fenômenos saem definitivamente do contexto holístico (MOREIRA, 2008, p. 26).

Diante de uma ciência fragmentária/fragmentada e de um homem “excluído”, de maneira dualista, pode-se pensar, em uma perspectiva “aglutinadora”, a existência de duas vertentes: uma preocupada com a dinâmica da natureza e outra preocupada com a dinâmica humana. No primeiro grupo estaria a geomorfologia, a climatologia, a biogeografia, entre outras; no segundo, a geografia da população, a geografia política, a geografia econômica etc. Nesta configuração, não seria difícil de concluir que as questões ambientais e a fome fazem parte de diferentes “fragmentos” da geografia: o ambiente no “fragmento” inorgânico e a fome no “fragmento” orgânico. Pensando no esquema N-H-E (natureza, homem, economia) de Moreira (2008), conclui-se que as questões ambientais estão no primeiro terço (N) e a fome no segundo terço (H). Resta ainda o E, ou seja, a dinâmica da economia, a transformação da natureza e do homem em possibilidade econômica.

Seguindo esta linha de raciocínio, seria difícil falar em relações entre fome e questão ambiental. Entretanto, compartilha-se da ideia de que a geografia construiu-se na interface natureza e sociedade, conforme proposto por Suertegaray (2005, p. 47). Por ora, na busca de possíveis diálogos, recorre-se ao apresentado por Claval (2011) a respeito da geografia como estudo das relações do homem com o ambiente.

O homem e o ambiente

Expondo sobre a geografia como estudo das relações do homem com o ambiente, Claval (2011, p. 112) destaca que existem muitas maneiras de contar as relações dos grupos com seu “ambiente natural, com o seu meio”, o que se propõe a expressar através de uma perspectiva histórica.

³ “Moreira (2008, p. 30) não reduz o paradigma moderno industrial a fragmentação, antes afirma a existência de “pensadores mais emblemáticos deste momento paradigmático da geografia”, os quais seriam Ratzel, La Blache, Reclus e Hettner.

O autor coloca como ponto de partida a noção hipocrática de meio (*milieu*). O médico Hipócrates (460-377 a.C) recorre ao meio para compreender o homem e as afecções que o atingem. Considera o meio como um conjunto de elementos que influencia sobre as funções orgânicas do corpo humano, assim relaciona macrocosmos e microcosmos. No século XVII, Claval aponta o nascimento da concepção denominada de ambientalismo sensualista, que tem como fundamento John Locke (1632-1704). Ao contrário da ideia de inatismo que prevalecia até então, Locke defende que o mesmo é limitado, pois através das sensações o homem entra em contato com o mundo e o espírito desenvolve-se e adquire a forma que conserva posteriormente. Mais tarde, Claval afirma a existência de um ambientalismo herderiano. Para Herder (1744-1803), na relação entre o homem e o ambiente, o fundamental não é o indivíduo, mas o grupo, por isso busca explicar as correspondências entre o meio no qual vivem as pessoas e suas culturas. Claval considera, também, a existência de um ambientalismo evolucionista: a partir de Lamarck (1744-1829), que destaca a importância da coope-ração entre os seres, tratando os laços entre as formas de vida e o meio em termos de correspondências e harmonias e, de Darwin (1809-1882), que frisa o papel ativo do ambiente na seleção, sobretudo, com a relação reprodução e alimentação.

Claval (2011, p. 132) comenta as aproximações da geografia com a ecologia, ciência em que prevalece a noção de "*milieu*" e afirma que "a Botânica é a primeira disciplina a ter realmente explorado as relações entre os seres vivos e o meio". Para Claval (2011, p. 133), dos primeiros relatórios da geografia e da ecologia, tira-se que: i) a vida humana depende dos alimentos tirados das plantas e dos animais, por isso para compreender uma região convém partir do levantamento das possibilidades que ela oferece e ii) o clima constitui dado determinante para compreender as condições ecológicas próprias de cada região.

Na geografia, Claval considera que a análise do meio foi marcada pela ecologia, a qual abriu como possibilidade, primeiramente, a decomposição de áreas da superfície da terra com a intenção de distinguir pequenas parcelas. Neste fazer, para dar conta da complexidade das diferentes áreas, o estudo do meio que de início considera realidades pontuais, amplia-se para a noção de ecossistema, entendido como um "conjunto das unidades elementares entre as quais existem relações e que constituem assim uma unidade de

ordem superior" (CLAVAL, 2011, p. 135).

Partindo da ideia de gêneros de vida, Claval (2011, p. 136) diz que os geógrafos do fim do século XIX e início do século XX são conscientes da insuficiência da ecologia do seu tempo. Assim, desenvolveram demarcações específicas em relação à ecologia humana e, por isso, destacaram a maneira pela qual os seres humanos tiram parte do meio onde se instalam, a fim de produzir o necessário, sobretudo, a alimentação. Além disso, Claval (2011, p. 138) destaca que, frente a constante presença de estudos que consideram a "influência que o ambiente exerce sobre os homens", os geógrafos não podem deixar de lado as "mudanças que as sociedades impõem ao ambiente".

A partir disso, Claval conclui que, historicamente, as relações entre o homem e o ambiente sempre chamaram a atenção, mas durante muito tempo, interessaram mais aos médicos e cientistas políticos que aos geógrafos. No entanto, há dois séculos, a situação modificou-se e os geógrafos entendem esta relação como seu campo de estudo, a ponto de que "hoje, não se encontraria um geógrafo que considerasse que os mecanismos utilizados nesse domínio estão fora do seu campo de estudo" (CLAVAL, 2011, p. 141).

A partir da retomada histórica exposta, Claval (2011, p. 141) considera que "a ideia de ambiente demorou a precisar-se" e que, por muito tempo foi "inábil", pois "invocava mais correspondências, harmonias das relações de homologia que relação de causalidade". Sobre o binômio homem e natureza, Claval recorre a Febvre, para quem a geografia não tem por objeto procurar influências: "é um problema de 'relação', e não 'de influências'", era o que Febvre defendia, lembra Claval (2011, p. 141).

Da época de Febvre até a atualidade, considera Claval (2011, p. 141) que as coisas mudaram bastante. Dessa maneira, expressa que "os geógrafos contemporâneos preferem dizer que a ação humana está sujeita a 'condicionantes', tira proveito dos 'processos', leva em conta os 'riscos'". Assim, "a natureza não é mais analisada como uma categoria externa à sociedade" e a "geografia humana não se confunde mais com estudo das relações do homem com o meio, mas atribui-lhe sempre um lugar essencial", sendo que a perspectiva para estudar estes problemas não é mais unicamente naturalista, antes "combina a abordagem dos fluxos materiais e da vida e leva em consideração a percepção e a valorização que os homens dão àquilo que os cerca" (CLAVAL, 2011, p. 142).

A partir destas considerações, ao se entender a fome como uma carência material, pode-se começar a pensar em relações entre fome e questão ambiental: quer seja enquanto fluxos materiais, quer seja enquanto o homem, entendido como natureza, atuando socialmente sobre uma natureza exterior, busca saciar a fome. A natureza do homem, em processo de troca com o meio, é o que permite ao homem satisfazer-se, sobretudo, em termos alimentares. Por sua vez, a produção desta satisfação, só possibilitada pela forma como os homens interagem com o meio, é perpassada e perpassa as percepções e valorização.

Sociedade e natureza: A concretização do espaço geográfico

Faz algum tempo que a geografia vem sendo posta como a ciência do espaço. De imediato, adjetiva-se: ciência do espaço geográfico, resultado das atividades humanas. Com isso, afirma-se o caráter humano e histórico que o espaço comporta. Dessa maneira, a concretização do espaço é imprescindível do trabalho. Santos (2002a, p.150), afirmou que “o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho”. Desta forma, trabalho e espaço devem estar no centro das preocupações dos geógrafos.

Ao definir trabalho, Liedke (2006) dá ênfase ao elemento humano, mostrando que o propósito, em relação ao que está sendo construído, é o que caracteriza a atividade humana. Para a autora, o trabalho é a “atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens (materiais ou imateriais), contribuindo, assim, para a (re)produção da vida humana, individual e social” (LIEDKE, 2006, p. 319).

Para Karl Marx, o trabalho também está estritamente relacionado à atividade humana. É possibilidade de emancipação (o que não acontece nos processos desenvolvidos pelas demais espécies), possui um propósito e parte de uma imaginação, de uma construção ideal e intelectual. Por isso, considera que “o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, 1985, p. 149). Em forma de relação capitalista, o trabalho é entendido por Marx como a única maneira de se produzir capital, o que aprofunda a separação entre natureza e sociedade (MARX, 1985).

O trabalho, para Martins (2001, p. 39), é entendido como a “capacidade produtiva do homem de produzir para si uma natureza outra que a natureza natural do mundo”, o que vai na mesma

direção da afirmação de Heller (1983 apud MARTINS, 2001, p. 39) de que: “no trabalho a natureza atua sobre a natureza”.

Sobre o trabalho como produtor do espaço, Carlos (2001, p. 62) compreende que “ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico”. Condições que são “produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo, o desvendamento da atividade do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é o ponto de partida” (CARLOS, 2001, p. 62). Assim, o espaço geográfico, nada mais é do que o resultado de um dispêndio de energia em forma de ação humana, o que resulta, na construção da realidade mundana.

Nos últimos tempos, a noção de espaço tem sido uma preocupação permanente entre os geógrafos, quer seja no sentido da sua definição, quer seja no sentido da sua relevância enquanto compreensão de mundo, ou seja, enquanto possibilidade interpretativa e explicativa dos contextos sociais.

Nesta segunda direção lembra-se o esforço de Soja (1993, p. 18), no sentido de crítica à concepção historicista que trata o espaço como o “fixo, morto e não-dialético, e o tempo, como a riqueza, a vida, a dialética e o contexto revelador da teorização social crítica”. Em contraposição, Soja defende, como o próprio subtítulo de sua obra indica, “uma reafirmação do espaço na teoria social crítica”, o que implica na proposição de um “materialismo simultaneamente histórico e geo-gráfico”, ou seja, uma “dialética tríplice de espaço, tempo e ser social” (SOJA, 1993, p. 19), exigindo, assim, uma reteorização entre história, geografia e modernidade, uma vez que esta última privilegiava o tempo.

Abordagem que também se preocupa com a questão espacial é a de Harvey (1998), que parte das mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito às ideias de efêmero e fluidez, expressas como elementos compositores de uma suposta pós-modernidade, que teria decretado o fim das metanarrativas. Mesmo demonstrando que os atributos característicos do que vem se chamando de pós-moderno são os do ápice do moderno, a partir, sobretudo, da década de 1970, Harvey (1998, p. 117) constata “modificações radicais em processo de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas”. Segundo Harvey (1998, p. 174), deslocamentos espaciais e temporais levaram a uma permanente criação de novos centros geográficos de acumulação, configurando uma competição espacial. Entretanto, considera Harvey que no início dos anos 1970 se esgotam as

possibilidades de deslocamentos, instaurando-se uma crise. Com isso, o autor defende a origem de um novo, mas ainda não definido, modelo de acumulação, chamado de flexível que, na busca de lucro, combina estratégias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Isso reforça a necessidade de controle do trabalho, que envolve uma “mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY, 1998, 119). Esse modelo, que não é homogêneo, busca uma reprodução ampliada do capital, apesar das efemeridades, fragmentações e dispersões espaciais, o que repercute nas esferas sociais e ambientais.

No sentido de definições de espaço, para uma visualização panorâmica, Di Méo; Buléon (2007, p. 22-27) pontuam as concepções de: i) espaço do mundo vivido: concepção abstrata e subjetiva do espaço kantiano, forma pura, *a priori*. O espaço torna-se produto da consciência que o concebe alto, longo e largo. Por ser subjetivo somente pode ser representado em função da experiência individual e social que adquirimos dele; ii) espaço geográfico cartesiano: objetivo e racional, resultado da visão newtoniana de espaço absoluto e infinito, como substrato e da concepção cartesiana de pensamento *versus* extensão, o que implica em existências físicas independentes do espírito humano; iii) espaço enquanto produção social: espaço social, estrita produção material, simbólica, ideológica ou ideal das sociedades. Compreende a produção e transformação, que Lefebvre descreve como responsáveis pela articulação entre os sistemas culturais, políticos, religiosos e econômicos e iv) espaço hiper-real: remonte a Baudrillard, para quem, depois do Renascimento, emergiram três ordens de significações de mundo e do espaço: falso (cópias imperfeitas de uma criação divina feitas pela arte); produção (revolução industrial) e simulação e simulacro (transformações midiáticas que criam um hiper-real, pretensamente, mais verdadeiro e mais perfeito que a própria realidade). A partir das três primeiras concepções, Di Méo; Buléon (2007, p. 26) consideram o espaço como uma “composante multidimensionnelle de l’homme et de ses sociétés”.

Antes de Di Méo; Buléon (2007), Santos (2002, p. 23), ao modo de Soja e Harvey, buscou uma “contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica”. De momento, no que diz respeito à proposta de Santos, atenta-se para a definição de espaço. A partir de uma perspectiva que considera as técnicas e o tempo, o autor propõe que a geografia deve estudar “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que for-

ma o espaço” (SANTOS, 2002, p. 62). Assim, como conceito de espaço, afirmou:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2002, p. 63).

A partir da diferenciação de coisas (formas naturais) e de objetos (formas artificiais), Santos (2002, p. 65) afirma que “hoje, cada vez mais os objetos tomam o lugar das coisas”, pois estas, quando utilizadas pelo homem, passam a ser objetos. No que diz respeito às ações, Santos (2002, p. 82) entende que “é o próprio do homem” e que os propósitos relativos à ação são realizados por meio dos indivíduos.

Para Suertegaray (2005, p. 47) o conceito de espaço de Santos “expressa a articulação entre natureza e sociedade”, tratando-se, neste caso, de uma natureza artificial ou tecnificada, pois para Santos, no período atual (Meio Técnico-Científico-Informacional), não é possível pensar uma natureza puramente natural.

Suertegaray (2005, p. 47) partilha da ideia de que “o espaço geográfico constitui o conceito balizador da geografia” e que, apesar das variadas acepções de espaço geográfico, os geógrafos, na construção da geografia, conceberam uma análise de conjunto do natural e do humano, permitindo com que o conceito expressasse a articulação Natureza e Sociedade, o que constitui um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Embora tome como referência o conceito de espaço geográfico de Santos (2002), Suertegaray (2005, p. 49) expõe uma compreensão própria. Conforme já havia expressado em Suertegaray (2000), entendendo-o como “uno e múltiplo”. Como uno e múltiplo, a autora afirma o espaço como “aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos”, os quais denomina de operacionais, que são, entre outros, paisagem, região, território, lugar, redes e ambiente. Cada conceito, segundo Suertegaray (2005, p. 49), sem desconsiderar os demais, “permite focar o espaço geográfico sob uma perspectiva”. Assim, o espaço geográfico é pensado como uma totalidade

dinâmica operacionalizada a partir de especificidades, a qual se dá, nas palavras de Suertegaray (2005, p. 50), da seguinte forma:

o espaço geográfico é dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, por exemplo, o girar do círculo (das cores). No movimento tem-se o branco (o espaço geográfico como presença das cores-multicores), no repouso tem-se a presença de cores, individualmente definidas, cada cor representa, em meu imaginário, um conceito, território (vermelho), região (amarelo), lugar (azul), ambiente (verde) etc. O disco em movimento, os giros expressam a idéia: um todo uno, múltiplo e complexo. Esta representação é elaborada no sentido de expressar a concepção de que: o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem, e/ou região, e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios e/ou regiões que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis.

A partir disso, entende-se a possibilidade de expressar uma tentativa de construção de uma leitura do espaço, através do conceito de ambiente, que sustente uma leitura da fome, entendida como uma questão ambiental. Afirma-se isso a partir da compreensão de que, quando se fala em questão ambiental, apesar desta abranger o elemento humano, corre-se o risco de concentrar esforços nas manifestações externas ao homem o que, apesar da sabida importância, não atribui as devidas dimensões da amplitude da questão do ambiente, uma vez que o mesmo não pode ser confundido com impactos na natureza, mas antes, como “as derivações/transformações na natureza e na natureza humana” (SUERTEGARAY, 2005, p. 58). Disso decorre a necessidade de buscar a compreensão das relações entre sociedade e natureza não como se estas fossem opostas, mas antes como uma totalidade em movimento.

Buscando elementos que contribuam para justificar o trabalho como produtor do espaço e que, ao mesmo tempo, enquanto processo dialético, implique em permanentes derivações e transformações da natureza e da natureza humana, recorre-se a Marx (1985, p. 149), quando concebe o trabalho como

um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria

natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele a ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Conforme demonstrou Foster (2010), a concepção materialista histórica de Marx não separa natureza e sociedade, antes busca compreendê-las em um único processo, da qual resulta uma concepção ecológica. O conceito de metabolismo de Marx, considera Foster, permite tanto um significado ecológico como um significado social, ou seja, possibilitou que Marx “expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as 'condições impostas pela natureza' quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo” (FOSTER, 2010, p. 223).

Se o espaço geográfico consiste, como colocou Santos (2002a), na natureza modificada pelo homem através do trabalho, a transformação da natureza pelo homem se dá também a partir do uso de ferramentas. Daí a importância de que

não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalhos não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 1985, p. 151).

Os meios de trabalho, que são para Marx (1985, p. 150), “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”, indicam a forma como o trabalho está organizado, tanto no que se refere ao desenvolvimento técnico, como nas relações de produção. Assim, os meios de trabalho estão associados às derivações e as transformações da natureza e da natureza humana e, sobretudo, indicam o que cabe aos sujeitos inseridos no processo de produção. Desta forma, ao trabalhar e construir o espaço geográfico, a naturalidade dos homens relaciona-se socialmente⁴ e, ao mesmo tempo, socializa a natureza. Por isso, tanto a fome como o que nos últimos tempos vem se chamando de questão ambiental, são resultados das relações entre os homens e destes com a natureza, ou seja, de um único movimento. Em outras palavras, “a produção

⁴ Para Marx (1982, p. 4), “o homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*”, como já havia considerado Aristóteles. No entanto, Marx vai além e defende que o homem não só é animal social, mas “animal que só pode isolar-se em sociedade”. Por isso, todo trabalho e toda produção só pode ser social.

capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 1985, p. 102).

Assim, fome e questão ambiental, antes de ser duas linhas paralelas *ad infinitum*, como posto pelo paradigma moderno industrial, estão associadas e, conforme o exposto até aqui, podem ser aprendidas por um mesmo e único conceito, o de ambiente. Pois, a leitura do espaço geográfico através do ambiente, defende Suertegaray (2004), enfatiza a transfiguração da natureza. Assim, segundo a autora, abordar o espaço geográfico na sua face ambiental é conceber a presença do homem como ser natural e ao mesmo tempo oposto à natureza, promotor de profundas transformações na natureza em si mesma e na sua própria natureza.

Falando sobre uma perspectiva que denomina de geografia e ambiente, Suertegaray (2004, p. 113), afirma que o termo ambiental “indica a compreensão do ser na relação com seu entorno”. Ainda, acrescenta que “este ser pode ser entendido individualmente ou coletivamente, de forma genérica, ou como um ser social e historicamente construído”. Querendo traçar uma aproximação com o que Josué entende como fome, pode-se lembrar sua concepção de que a fome é “um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 1961, p. 57), ou de que a fome não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno social: “A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas que denominei de *subdesenvolvimento*” (CASTRO, 1984, p. 115). Assim, permite-se concluir que o autor preocupa-se com a fome em um âmbito coletivo e historicamente construído.

Quando descreve a situação de vida da população nos mangues do rio Capibaribe, em Recife, Josué relata seu contato com a fome, da seguinte forma:

O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caran-

guejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado de seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com as suas duras carapaças também enlambuzadas de lama.

Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como os caranguejos para poderem sobre-viver. Parados como os caranguejos na beira da água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos (CASTRO, 1984, p. 18).

Tomando esta descrição de Josué para fundamentar a possibilidade de uma leitura do espaço entendido como uno e múltiplo, a respeito de uma leitura a partir do conceito de ambiente, Suertegaray (2005, p. 57-58) considerou que “podemos, ainda, nos perguntar sobre as derivações/transformações que ocorrem na natureza e na natureza humana a partir deste modo de viver e coletar caranguejos. Estaríamos, neste caso, buscando decifrar a questão ambiental”. Considerando-se os estudos das áreas alimentares realizados por Josué, através das formas como a população, enquanto natureza, apropria-se de uma natureza exterior e constitui-se socialmente, afirma-se a possibilidade de estudar as derivações e as transformações que ocorrem na natureza e na natureza humana presentes na obra do autor.

Fome e questão ambiental: relações a partir de Josué de Castro

Na história do pensamento geográfico brasileiro, quando se fala em fome, tem-se a necessidade de mencionar o nome de Josué de Castro (1908-1973), autor que deixou um legado intelectual que transita por um vasto leque de áreas do conhecimento, como nutrição, sociologia e, sobretudo, geografia.

Dentre as principais obras de Josué, destacam-se *Geografia da fome*, de 1946 e *Geopolítica da fome*, de 1951. A primeira tem um caráter seminal, pois nela encontra-se aplicado o que o autor concebe como Geografia, por meio da qual delimitou áreas alimentares no Brasil e apontou as principais carências existentes nas mesmas. Se *Geografia da fome* foi dedicada ao estudo da fome no Brasil, na

Geopolítica da fome ampliou os horizontes e, com as mesmas concepções da obra anterior, regionalizando o globo a partir dos continentes, realizou o estudo da fome no mundo.

Na época das publicações de ambas as obras em questão não havia, de modo sistematizado, discussões sobre questão ambiental, preocupação que ganha corpo nas décadas de 1960 e 1970 (PORTO-GONÇALVES, 2008). Assim, pode-se perguntar, o que as obras de Josué, dedicadas a fome, tem haver com questão ambiental? Ou ainda, que motivos, a partir do exposto até aqui, faz sentido buscar em Josué uma leitura ambiental do problema da fome?

Na dedicatória da obra intitulada, precisamente, de *O desafio ambiental* (PORTO-GONÇALVES, 2004), lê-se o seguinte:

A Josué de Castro

Por antecipar uma abordagem que, mais tarde, será conhecida como socio-ambiental, característica do pensamento ambiental latino-americano (...). A abordagem ecológica invocada por Josué de Castro está longe do ecologismo de Primeiro Mundo, na medida em que recusa a distinção entre o natural e o social, entre natureza e cultura, entre o ambiental e o político. Josué de Castro está entre aqueles que, no pós-guerra, dedicaram a vida para que a problemática da fome fosse tomada numa perspectiva ecológica – biológica, social, cultural e política – e, ao mesmo tempo, vista como um problema nacional e mundial.

Se existe uma abordagem socioambiental em Josué, esta é resultado de uma concepção de relação da sociedade com a natureza, a qual se desenvolve em decorrência do estudo da fome. Os estudos da fome de Josué consistem em mistos de denúncia das realidades encontradas, seguidos de propostas de resolução para a mesma. Josué não só estudava a fome, mas combatia-a e, por isso, expressa concepções de formas de apropriação da natureza, em outras palavras, de relações da sociedade com a natureza.

Josué, através do que concebia como método geográfico, “cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra” (CASTRO, 2006, p. 16), dizia procurar realizar uma “sondagem de natureza ecológica”, entendendo-a como um “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (CASTRO, 2006, p. 16). O autor considerou a alimentação o fenômeno que mais “se presta para ponto de referência no estudo ecológico destas

correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam” (CASTRO, 2006, p. 16).

Por isso, define a *Geografia da fome* como um “ensaio de natureza ecológica” que possibilita “descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionam” os tipos de alimentação (CASTRO, 2006, p. 17). A partir disso, acredita “poder trazer alguma luz explicativa a inúmeros fenômenos de natureza social até hoje mal compreendidos por não terem sido levados na devida conta os seus fundamentos biológicos” (CASTRO, 2006, p. 17).

A *Geografia da fome* foi definida por Andradete (2004, p. 115) como um clássico porque expõe a realidade alimentar brasileira, sobretudo, “porque associa os problemas de alimentação com os problemas do meio ambiente, ecológicos”. Abramovay (1996, p. 1) considerou a obra uma construção interdisciplinar que em síntese consiste na “primeira grande obra sobre os problemas ambientais brasileiros, vistos naquilo que mais interessam à sociedade: seu impacto sobre os homens”. Fernandes; Porto-Gonçalves (2007, p. 11) afirmam que para Josué “a fome é o problema ecológico número um na medida em que todo ser vivo deve alimentar-se para se manter vivo”.

Nas primeiras páginas da *Geografia da fome*, Josué deixa claro que fome lhe preocupa: afirma que não vai estudar a fome individual, tanto no que diz respeito ao mecanismo fisiológico, como no seu aspecto subjetivo, mas antes tem por objetivo

analisar o fenômeno da fome coletiva (...). (...) o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 2006, p. 18).

Assim, pode-se afirmar que, para Josué, existem fomes, que podem ser caracterizadas pela amplitude de suas dimensões sociais. Além disso, percebe-se que existe uma preocupação em construir teoricamente em que consiste a fome, para tanto que, em seus escritos, a definição é recorrente.

Discorrendo sobre o que entende por fome, Josué foge de concepções unilaterais e leva em con-

sideração uma série de fatores. Na *Geopolítica da fome*, dedica um capítulo para o que chama de “matizes da fome”. No mundo, defende o autor, a fome apresenta uma série de formas, desde a “fome total, da completa inanição (...) até os tipos mais discretos das fomes ocultas ou específicas, atuando sorrateiramente, quase sem sinais aparentes” (CASTRO, 1961, p. 85).

É a partir desse entendimento que Josué, antes de iniciar o estudo da fome no mundo, põe-se, deliberadamente, a caracterizar os tipos de fome. O autor parte da fome total, das carências qualitativas e quantitativas que assolam populações inteiras, sobre as quais faz referências, por exemplo, aos campos de concentração da Europa na primeira metade do século XX. Entretanto, na sua concepção, existem outros tipos de fome que são “menos espetaculares, mas de significação social bem mais tremenda” (CASTRO, 1961, p. 86). Essas são as fomes ocultas, ou seja, a fome das carências parciais.

Na construção da definição de fome de Castro, existe uma diferença essencial entre o que o autor concebe como *fome epidêmica* e como *fome endêmica*. A fome epidêmica, que também recebe a denominação de fome total, considera Josué, é conjuntural, atinge uma grande massa temporariamente e é a que leva a inanição. Já a fome endêmica ou fome oculta, é parcial, específica, constituída pela ausência permanente de certos elementos nutritivos no regime alimentar. A fome endêmica, para Josué, abarca os casos das pessoas que comem todos os dias, entretanto, não têm suas necessidades quantitativas e qualitativas saciadas, fazendo com que populações inteiras pereçam lentamente.

A fome endêmica é entendida por Castro (2006, p.18), “como o fenômeno muito mais frequente e mais grave”. Em outro momento Castro (1961, p. 87) considerou que “o fenômeno da fome parcial ou da fome oculta é socialmente muito mais grave do que o da fome aguda, embora desperte muito menos a nossa compaixão”. No entendimento de Castro (1960, p. 19), a fome oculta leva “o organismo a um estado de incapacidade relativa, de baixa produtividade e de fraca resistência a todo um cortejo de outras doenças”.

Para além da caracterização nutricional e fisiológica, entende Josué que a fome não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno social: é “um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 1961, p. 57). Sobre a importância das preocupações em

relação às causas da fome, o autor afirma que “a fome oculta constitui hoje forma típica de fome de fabricação humana” (CASTRO, 1961, p. 90). Abordando a definição e a importância do conceito de fome, em 1965, em entrevista a Araújo Dantas, Castro (1984, p. 115), afirmou:

antes só se empregava a palavra “fome” para designar os casos extremos observados em algumas regiões. Ora, a fome, na acepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas sim todas as modalidades de deficiência alimentar, formas visíveis e formas ocultas, estas reveladas pelos exames laboratoriais ou pelos coeficientes de mortalidade de numerosas doenças, que não passam afinal de disfarces da fome. A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas.

A Geografia da fome tem como síntese dois mapas: i) mapa das áreas alimentares no Brasil e ii) mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil (CASTRO, 2006, pgs. 37 e 38). Com os mesmos, Josué delimita cinco áreas alimentares no Brasil e pontua as principais carências de alimentos existentes nas mesmas. Josué considerou a frequência de ocorrência destas carências e definindo como áreas de fome aquelas em que mais de 50% da população passa por carências, define as áreas alimentares brasileiras como: área de fome endêmica (Ama-zônica e Nordeste Açucareiro), área de epidemias de fome (Sertão Nordeste) e área de subnutrição (Centro-Oeste e Extremo Sul)⁵.

Na edição mais recente da Geografia da fome encontra-se uma apresentação de Milton Santos. Santos (2006, p. 29) define Josué com “um autêntico possibilista” e, a respeito da delimitação das áreas alimentares brasileiras e da diferenciação entre fome epidêmica e fome endêmica, sobre o papel seminal da obra, afirma:

Examinando a questão da fome no Nordeste brasileiro, que em sua juventude dizimava periodicamente grandes contingentes populacionais no sertão, ele mostrou que a vertente naturalista segundo a qual esse fato se devia às contingências do clima, era uma explicação equivocada. Dizia-se, então, que a fome no Nordeste interior tinha como raiz a aridez climática. Assim a culpa do desastre era da natureza, isto é, de ninguém, e não da sociedade. Tomando

⁵ Nestas duas áreas, Castro (2006) afirma que a alimentação está longe de ser perfeita, ocorrendo desequilíbrios e carências alimentares, mas estas não atingem a maioria da população, ficando restrita a grupos e locais pontuais.

a questão pela sua raiz, Josué de Castro mostrou que havia carências alimentares tanto no Nordeste seco quanto na chuvosa Zona da Mata. Mas no Nordeste semi-árido, formado pelos ser-tões, as deficiências nutricionais eram episódicas, ligadas sem dúvida a um déficit periódico na provisão de alimentos, situação que apenas aparentemente era ligada ao clima, já que a baixa do consumo de comida em certas ocasiões devia-se sobretudo à pobreza generalizada da população, incapacitada de fazer transportar produtos alimentares ao seu lugar de residência e até mesmo de fugir para outras áreas pois lhe faltavam vias e meios de transporte e, mais simplesmente, dinheiro para comprar provisões de boca. Por isso, considerou adequado qualificar essa contingência como de fome epidêmica. Já no Nordeste úmido a fome seria ainda mais grave porque era praticamente permanente; chovia de modo regular, as terras eram consideradas de boa qualidade, mas as populações pobres eram anêmicas e as causas dessa penúria não eram estudadas, nem consideradas. A subalimentação era tida como algo natural. Por isso Josué de Castro a adjetivava como fome endêmica. O uso monopolista da terra pela cana-de-açúcar constituía um impedimento a outras utilizações; portanto, a situação resultante para a população pobre era permanente (SANTOS, 2006, p. 29).⁶

Assim, Josué deslocou as causas da fome da natureza para um plano social, o qual não se desenvolve independente das relações da sociedade com a natureza. Por isso, o trabalho de Josué comporta a preocupação que perpassa a história da geografia enquanto ciência, ou seja, a de constituir-se enquanto conhecimento que se situa na interface entre sociedade e natureza. Em decorrência disto, é a partir do estudo fome, causada pelas relações entre os homens, que na obra de Josué, está presente a questão da apropriação da natureza, tanto no que diz respeito ao consumo desmedido dos recursos naturais⁷, como no sentido de uma apropriação social que levasse a emancipação humana da fome.

Em síntese, a partir da obra de Josué e, mais especificamente do estudo da fome, está colocada a

possibilidade de estudar a constituição da natureza e da natureza humana enquanto relação social que se apropria da natureza e produz, ao mesmo tempo, a destruição da natureza e da natureza humana.

Em junho de 1972, em Estocolmo, Josué expôs um conceito de meio. Considerou que o mesmo “abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente” (CASTRO, 1984, p. 101). Afirmou que fome e destruição ambiental são problemas que estão vinculados e colocou a fome como o problema ambiental cabal. Por isso, defendeu que “é preciso considerar a degradação da economia dos países subdesenvolvidos como uma poluição do seu meio humano” (CASTRO, 1984, p. 104). A partir disso, Castro (1984, p. 108) pleiteou em favor de um “desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor”.

Considerações finais

Preocupações com a relação entre sociedade e natureza inserem-se no contexto do conhecimento humano universal, por isso em muito antecedem e extrapolam a ciência geográfica. Em diferentes contextos sociais, as relações entre natureza e sociedade foram expressas de maneiras bastante diversas, com destaque e sobreposições de ambas as partes.

Na ciência geográfica, desde sua gênese, há um esforço no sentido de articular sociedade e natureza. Quando se busca compreender as relações entre sociedade e natureza como materialidade movimentada pelo trabalho humano, as mesmas deixam de ser vistas como opostas e podem ser expressas como uma totalidade que possibilita, por meio da socialização da natureza, a emancipação humana.

Se o espaço geográfico for colocado como construção, produto do fazer e do pensar humano, resultado da dialética entre o social e o natural, a compreensão desta dialética torna-se condição de uma socialização da natureza que considere tanto a natureza, no presente, mesmo que indissociada da ação humana, em seus próprios movimentos de

⁶ Com os conceitos de fome epidêmica e de fome endêmica, Fernandes; Porto-Gonçalves (2007, p. 13) consideram que Josué “permite superar uma imagem forte construída desde há muito que se associa a fome à seca. Josué não deixa dúvidas de que é na Zona da Mata que a fome se constitui num fenômeno estrutural”.

⁷ Leff (2009) considera que a introdução de técnicas de cultivo provenientes da Europa, eliminou práticas produtivas tradicionais, que eram fundadas na diversidade de cultivos e adaptadas às condições ecológicas tropicais, o que levou a erosão dos solos e a consequente diminuição da produtividade natural, afetando as populações rurais. Como exemplo da problemática ambiental exposta, o autor cita a Geografia da fome, quando aborda os efeitos do cultivo da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro: “Esta zona possuía nas suas origens os solos tropicais mais férteis. Seu clima favorecia a agricultura, o que explicava a presença, no passado, de abundantes florestas onde cresciam inúmeras árvores frutíferas. Hoje se implantou a cana-de-açúcar. O resultado é que esta região é uma das quais onde a fome faz mais estragos no continente latino-americano. A ausência de hortas e gado criou um problema de alimentação muito grande, numa região em que a agricultura diversificada poderia produzir uma variedade infinita de produtos agrícolas” (CASTRO apud LEFF, 2009, p. 31).

recomposição e a natureza humana, sobretudo, no que diz respeito a necessidades básicas como a alimentação. Assim, fome e questão ambiental encontram-se.

A história do pensamento geográfico brasileiro, na obra de Josué de Castro, permite aproximações entre fome e questão ambiental. Primeiro, porque Josué não separa natureza e sociedade, mas sobretudo, porque, estudando a fome, retira suas causas da natureza e as coloca na esfera das relações humanas, no entanto, sem dissociá-la da apropriação da natureza, considerando as potencialidades naturais presentes em diferentes lugares e a ação humana enquanto absorvedora das mesmas.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. In: **Revista de economia e sociologia rural**. Vols. 3 e 4. Brasília: jul./dez. 1996.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Atualidade do pensamento de Josué de Castro. In: ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CARLOS, Ana Fani A. "Novas" contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete C. L. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- CLAVAL, Paul. A geografia como estudo das relações do homem com o ambiente: Um esquema recorrente de explicação. In: CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Josué de Castro: Vida e obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FOSTER, Jonh Bellamy. **A ecologia de Marx: Materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LIEDKE, Elida Rubini. Trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete C. L. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARX, Karl. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os economistas. Volume I, tomo 1).
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. Apresentação – Josué Castro e a Geografia da Fome. In: CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: EDUSP, 2002a.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, Dirce M. A.; BASSO, Luís A.; VERDUM, Roberto. **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da geografia. In: **Cadernos geográficos**. n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

Hunger and environmental issue

Abstract - This article discusses a possible approach to the subject of hunger with environmental issues. In order to search for arguments that take account of this proposition, the study incorporates elements of the geographical thought history. Based on the assertion that geography is the science of geographical space, it seeks to express the understanding that considers that the materialization of space is essential to human activities and, more specifically, to work. From the definition of work and space it is expressed the construction of an interpretation of the latter through the concept of environment that supports a study about hunger considering the ties to the environmental issue. It uses the history of the Brazilian geographical thought and takes the work of José de Castro as a possibility for conducting a study about the problem of hunger related to the environmental issue.

Keywords: Hunger. Environment. Space. Epistemology Of Geography. Josué De Castro.

La faim et la question environnementale

Résumé - Cet article traite d'une approche possible entre le sujet de la faim avec les question environnementales. Pour rechercher des arguments qui tiennent compte de ce qui est proposé, on reprend des éléments de l'histoire de la pensée géographique. À partir de l'idée de que la géographie est la science de l'espace, on cherche à exprimer la compréhension selon laquelle la matérialisation de l'espace est essentielle aux activités humaines et, plus spécifiquement, au travail. De la définition de travail et d'espace, on exprime la construction d'une lecture de ce dernier par le biais de la notion d'environnement capable de soutenir une étude sur la faim, en considérant ses liens à la question environnementale. On utilise l'histoire de la pensée géographique brésilienne et on considère l'oeuvre de Josué de Castro comme une possibilité de mener une étude sur le problème de la faim lié à la problématique de la question environnementale.

Mots-clés: Faim. Environnement. Espace. Epistémologie De La Géographie. Josué De Castro.
